



PROJETO CONHECER, ANALISAR E TRANSFORMAR A REALIDADE DO CAMPO (CAT)

Autor: Cláudio Gustavo Lasa
Outubro de 2020

O Projeto Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo (CAT) é uma iniciativa promovida pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC) em parceria com secretarias municipais de educação de 21 municípios dos Territórios de Identidade Sisal e Bacia do Juacuípe. O objetivo desse projeto é oferecer uma educação condizente com a realidade e com as necessidades da população do campo.

O próprio histórico do MOC mostra seu compromisso com as comunidades locais e por que sua luta culminou na criação do CAT. O grupo surgiu em 1967 a partir do trabalho social da Igreja Católica, que procurava se posicionar contra a opressão e as desigualdades no período da ditadura militar, época em que qualquer forma de organização social ou mobilização comunitária era duramente reprimida. Naqueles anos, a Igreja Católica era uma das poucas instituições que conseguia, por meio do trabalho de evangelização popular, aglutinar pessoas em comunidades e pastorais. A influência da doutrina social cristã e da teologia da libertação possibilitou a organização inicial do MOC na fundamentação de sua ação educativa.

O movimento se autonomizou da Igreja Católica em 1970, mas deu continuidade a parcerias com diferentes igrejas que faziam trabalho comunitário com famílias agricultoras. Sua atuação se expandiu e envolveu novas linhas de ação na formação de lideranças sociais, na gestão de políticas públicas, no trabalho de comunicação e na abordagem sobre questões de gênero, de geração e de relações étnico-raciais. Durante esse período, suas matrizes de referência também foram se redimensionando com a incorporação da Educação Popular, principalmente de base freireana, e com fundamentos provenientes do paradigma da convivência com o Semiárido, da agroecologia e da economia solidária.

O trabalho com educação popular, comunicação e cultura com agricultores/as, sindicatos e organizações sociais que atuavam junto à classe trabalhadora do Sisal gradativamente levou a instituição a se aproximar, no final da década de 1980, da educação escolar. A Educação Contextualizada e a Educação do Campo tornaram-se, então, centrais para a prática educacional que o MOC passou a idealizar.

A Educação Contextualizada constitui um discurso político-pedagógico construtor de uma nova base epistemológica de onde emergem concepções e práticas pedagógicas nas quais interagem os sujeitos docentes, discentes e gestores, mediados pelos conteúdos pedagógicos, dentro do contexto do campo e do Semiárido.

O movimento político, pedagógico e epistemológico da Educação do Campo nasceu como mobilização, proposição e pressão dos movimentos sociais por uma política educacional que fortalecesse as práticas educativas existentes no campo, possibilitasse a melhoria das escolas localizadas em comunidades rurais, assentamentos, florestas e comunidades ribeirinhas e descolonizasse o currículo das escolas públicas.

A Educação Contextualizada se incorpora na ação educativa do MOC não somente como metodologia educacional, mas principalmente como articulação política com a Educação do Campo, que tem contribuído para ressignificar as práticas sociais, redesenhando a realidade a partir da ação mais consciente das pessoas movidas pelo desejo tão necessário à ação educativa: o da transformação para expandir essa nova escola, essa nova sociedade.

O Projeto CAT surgiu, concretamente, a partir de uma iniciativa do MOC, da UEFS, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e de 3 secretarias municipais de educação. No final dos anos 1980, buscava-se implementar uma Educação do Campo com currículo diferenciado e adequado às necessidades reais e cotidianas das famílias agricultoras, pois percebia-se que integrantes dessas famílias passavam pela escola por 2 ou 3 anos e saíam sem saber ler, escrever e nem mesmo assinar o nome.

O MOC e seus parceiros se perguntavam: “Que escola é essa? Como responder a essa fragilidade que retira direitos dos trabalhadores do campo?”. A resposta foi o CAT. A experiência consiste na formação de professoras/es de escolas do campo, coordenações municipais, gestões escolares e atores da sociedade civil organizada, na produção de materiais didáticos contextualizados e em atividades lúdicas com crianças e adolescentes das escolas do campo. Assim, o CAT se constituiu em um Programa de Educação do Campo e Contextualizada, com várias ações articuladas a partir de uma

metodologia de contextualização com diálogo entre os saberes advindos do mundo das famílias agricultoras e das ciências. Atualmente, o programa é desenvolvido em 21 municípios do Semiárido da Bahia, nos Territórios de Identidade do Sisal e Bacia do Jacuípe.

Esse projeto finca suas raízes na prática e na teoria da Educação Popular. Tal prática foi sistematizada no trabalho educativo do MOC com educação escolar e não escolar junto às populações do campo. Para tanto, a parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e mais recentemente com o Instituto de Cooperação e Pesquisa da Áustria (ICEP) foi fundamental para ampliação e fortalecimento desse trabalho.

O CAT é um itinerário pedagógico que propõe *conhecer* a realidade, incentivar os/as alunos/as a fazer diagnósticos nas suas comunidades para identificar os principais problemas e desafios e, em conjunto com os/as professores/as, procurar as soluções. Esse é o momento do *analisar*, quando se sistematizam os resultados das pesquisas e se inserem os conteúdos das diversas áreas de conhecimento de forma contextualizada. E o *transformar* ocorre quando, depois de estudados e sistematizados os problemas diagnosticados, a escola convida as famílias e comunidades para descobrirem, juntas, como superar esses obstáculos. No início de sua criação, trabalhava-se muito a questão da água, se as famílias tinham acesso a ela ou não, se a filtravam, se tinham cisternas. Na questão da produção, questionava-se se os/as moradores/as tinham sementes, se utilizavam agrotóxicos, ou faziam queimadas, ou faziam convivência e agroecologia, se dispunham de assessorias técnicas e outras demandas do mundo rural.

O CAT demonstrou que não era suficiente fazer somente a formação de professores/as porque, a cada mudança de gestores públicos, muitos eram exonerados ou enviados a outras comunidades, portanto a formação ficava interrompida, não tinha sustentabilidade, não se transformava em política pública e terminava sendo um “projecinho”, uma “experienciuzinha” de uma organização em parceria com a universidade. Ao mesmo tempo, no fim dos anos 1990, foram iniciadas mobilizações nacionais para a proposição de debates, de assuntos relativos à Educação do Campo e de fóruns estaduais. Por conseguinte, foi criada a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) e foram chamados outros atores municipais, tais como sindicatos e associações, para ajudar na construção de propostas político-pedagógicas e pressionar

os gestores municipais a criar coordenações de educação do campo nas secretarias municipais de educação.

O passo seguinte foi fazer a formação com os professores, sendo as coordenações municipais de Educação do Campo protagonistas do processo. No entanto, mudanças de gestores continuavam e, conseqüentemente, o trabalho não se enraizava nem se consolidava como política pública municipal, até que, em 2011, após intensas mobilizações e debates, foi elaborada uma minuta de lei, baseada nas Diretrizes para Educação do Campo, para que os municípios formulassem e aprovassem as Leis de Educação do Campo, garantindo orçamento e equipes pedagógicas.

A Educação do Campo Contextualizada foi transformada em política pública em 13 municípios – Araci, Riachão de Jacuípe, Itiúba, Ichu, Valente, Nordestina, Monte Santo, Nova Fátima, Serrinha, Baixa Grande, Cansanção, Pintadas e Lamarão – com aprovação de uma lei municipal e orçamento próprio. Também, passou a fazer parte institucional do organograma da Secretaria de Educação. No município de Conceição de Coité, houve uma resolução do Conselho Municipal de Educação para transformar esse modelo educacional em lei, entretanto isso não aconteceu.

Durante a pandemia, a iniciativa continua em funcionamento, porém de forma remota. As formações e os intercâmbios são feitos via plataformas digitais e, mesmo remotamente, as/os professoras/es fazem contato com as crianças e dão sugestões de temas e atividades em família como, por exemplo: hortas familiares, cuidados com a pandemia, valorização da cultura, *contação* de histórias infantis contextualizadas e produção de vídeos.

Os pontos positivos da iniciativa do MOC e da criação do CAT são incontáveis. Além dos conhecimentos, da escolarização e do acesso à educação superior que o movimento e o projeto propiciaram aos beneficiados, nota-se que essas iniciativas são um enorme investimento para os municípios porque não há repetência nem evasão escolar e também porque a educação gera alternativas de emprego. Muitos desses jovens são empreendedores culturais, criam cooperativas de comunicação, de economia solidária e de agricultura familiar e tornam-se lideranças sindicais nas suas comunidades. Dessa forma, a escola cumpre o papel social de refletir os problemas da vida das famílias enquanto conteúdo pedagógico. Não é uma escola apenas transmissora, mas construtora de conhecimento para transformar a realidade.

Outros aspectos positivos que constataam a importância e a eficácia do MOC e do CAT são as produções e acadêmicas acerca dos projetos deles oriundos. Já foram publicados 6 livros sobre o CAT e a concepção do projeto, os princípios, a metodologia e as práticas pedagógicas da Educação do Campo.

Ademais, pesquisas feitas entre 2012 e 2016 pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) sobre os impactos, eficácia e eficiência dessa proposta de educação contextualizada constataram que os jovens que passaram pela metodologia CAT obtiveram compreensão crítica da realidade, perspectivas de vida, continuidade no trabalho na agricultura familiar e na agroecologia e condições de liderança nas suas comunidades. 98% dos jovens rurais entrevistados que estudaram com a proposta CAT continuaram estudos de ensino médio, faculdade e pós-graduação, enquanto os que não conheceram essa metodologia abandonaram seus estudos no sétimo ano, muitas jovens deixaram suas comunidades para trabalharem no comércio nas cidades.

Verificam-se as seguintes tensões principais para efetivação da proposta como política pública nas redes municipais: i) a organização e cultura política das gestões que não incorporaram ainda a perspectiva da afirmação dos direitos e da diversidade; ii) a falta de autonomia de muitos gestores da educação para definir e operacionalizar prioridades para Educação do Campo; iii) o desconhecimento da legislação específica da Educação do Campo por parte dos gestores/as e professoras/es; iv) a fragilidade dos conselhos de controle social das políticas educacionais nos municípios; v) poucos recursos nos orçamentos municipais para infraestrutura das escolas do campo; e vi) inúmeras lacunas relacionadas à decisão política dos gestores para efetivação de uma política afirmativa como essa.

Outros aspectos favoráveis na mudança de gestão política que vêm acontecendo nos municípios são a interação da sala de aula e sua com a comunidade e o reconhecimento dos secretários sobre a contribuição do CAT para a educação nos municípios. Essas conquistas refletem os esforços empreendidos para inserir a Educação do Campo nos Planos Municipais de Educação, na constituição de equipes específicas para coordenar o trabalho pedagógico das escolas nas secretarias e na intenção de avançar na formulação da legislação e na universalização da proposta na rede pública municipal.

Uma história, três gerações

Como visto, o Movimento de Organização Comunitária existe há aproximadamente 40 anos e, como era de se esperar, impactou algumas gerações que com ele teve contato. Para ser mais exato, impactou ao menos 3 gerações. É o que se constata do depoimento Maria Lucia Anunciação Martins, mestranda em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Ichú:

Minha história com o MOC vem de outras gerações. Ainda na minha infância, observava **meu avô**, José João da Anunciação (Zezito de Morro Redondo) relatar as idas e vindas das audiências, ele estava em um processo de luta pela terra que durou 14 anos depois de trabalhar uma vida inteira... houve a tentativa de expulsão das terras onde trabalhou e que muito produziu. Ele que estava engajado nos movimentos sociais com a fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ichu... O MOC sempre se posicionou como entidade referência no apoio aos movimentos ligados à agricultura familiar, e foi com a ajuda do MOC que conseguiu vencer a questão judicial e ter direito à posse de terra.

A segunda geração é a da **minha mãe**, Veralucia A. Martins, além do vínculo já firmado junto à formação sindical, ela atuou como professora de um Projeto de Alfabetização de Adultos, chamado Projeto Educar, no final dos anos 80... e mesmo não tendo a formação adequada (apenas a 3ª série do Ensino Fundamental), participava de capacitações ofertadas pelo MOC e ensinava os alunos na perspectiva de Paulo Freire, através da “palavra geradora”. O local era uma casa de farinha, a luz era de um lampião.

A partir de tudo o que presenciava sobre o MOC... em 2001 comecei a participar do coletivo de Jovens Rurais do município e fui escolhida para compor o grupo de Jovens Lideranças Femininas [...], que consistia na formação de jovens multiplicadoras para atuar nos municípios debatendo diversos temas, participando de encontros intermunicipais, seminários e trocas de experiências. Em um desses encontros realizados em 2004, na Escola Família Agrícola (EFA), município de Valente, li o primeiro texto sobre Educação do Campo, era um debate sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Aí iniciei minha primeira experiência como docente... foi na Educação de Jovens e Adultos (EJA), lá, estudando Paulo Freire, comecei a ver sentido nas atividades que minha mãe desenvolvia, comecei a compreender a tão falada “palavra geradora”.

[Hoje] estou com 35 anos, cursando o Mestrado Profissional em Educação do Campo, algo que parecia inalcançável sem as políticas de expansão do ensino superior, sem que houvesse a esperança por construir uma história diferente da trilhada por tantas pretas do nosso Semiárido, devido à falta de oportunidade. Essa trajetória, fortemente motivada pela luta pelos direitos dos povos do campo [...] motivada pela implicação com a temática enquanto mulher negra e professora, posso dizer que ter participado de cada encontro [...] me fortaleceu enquanto ser humano, contribuiu com minha autoestima, minha formação política e pedagógica possibilitando-me construir diferentes leituras que saltam dos baús de cada espaço frequentado, com os quais construo e troco saberes de forma dialógica.

Meu avô, minha mãe e eu. Três gerações, uma base de luta: Por um SerTão justo!!